



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VINHAIS

MUNICÍPIO DE VINHAIS

Acta da Sessão Ordinária realizada em 2010/02/26

Aos vinte e seis dias do mês de Fevereiro, do ano de dois mil e dez, nesta Vila de Vinhais, no Auditório da Casa do Povo, às catorze horas, e quarenta e cinco minutos foi declarada aberta a primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída da forma seguinte: -----

PRESIDENTE: Eurico Fernandes Gonçalves; -----

1.º SECRETÁRIO: Eduardo Manuel Martins Rodrigues; -----

2.º SECRETÁRIO: Helena Margarida Beato dos Santos Afonso. -----

PRESENCAS: -----

Manuel Dinis Magro Gomes, António Francisco Silva, Jorge Paulo Gomes da Silva, António dos Anjos Gonçalves, José António dos Reis, Iria da Conceição Fernandes Batanete Maldonado, Manuel Humberto Gonçalves, Franclim do Nascimento Serafim, Maria da Glória Pires Cruz Veleda, Mário Augusto Gonçalves, Duarte Nuno Pires, Alberto dos Anjos Martins, Hilário de Assis Gonçalves Pires; Carlos Alberto Vaz, Aniceto do Espírito Santo Diegues, Miguel Joaquim Linhas, Jocelim António Guerreiro de Carvalho, António Paulo Oliveira Neves, Francisco José Nunes Cunha, Duarte Francisco Gomes, Manuel António Pedreiro, José Guilherme Fernandes Barreira, Eduardo de Jesus Morais, Adelino José dos Santos, André João da Silva Rodrigues, Carlos Dinis Mateus Fornos, Olímpio Evangelista Fontes, Rui Virgílio da Cunha Madureira, Domingos Augusto Fernandes, Nuno Alexandre Barreira Santos, Manuel António Fernandes Martins, Fernando Jorge Diegues Magalhães, António Abílio Ferreira Barreira, José Henrique Vieira da Silva, Humberto José Sobrinho Alves, Carlos Abel Almendra Frias Vieira, António Miguel Borges Silva, José Augusto Pinheiro, Manuel Gilberto Afonso Lousada, Francisco dos Santos Barroso, Dora Maria Barroso de Sá, Maria do Carmo Fernandes, Anabela Afonso Doreta, Ruben Ramiro Carvalho Gomes

Almeida, Luís Alberto Piçarra, Humberto da Cruz Carneiro, José Maria Ribas, Marília de Lurdes Fortunato Fernandes, Octávio Manuel Gonçalves Ferro, José Carlos Claro, José Humberto Martins, José Paulino Castanheira, Horácio Domingos Afonso, Solange Sofia Aboim Lobo, António João Margarido Alves, Manuel João Pintor Libório, Inácio Lourenço Fernandes, Manuel Pedro Gama, Manuel Aurélio Taveira Fernandes, Diana Sofia da Costa, Manuel do Nascimento Ferreira, Artur Jorge Pereira dos Santos Marques, Maria Madalena Afonso Magalhães e Manuel Dinis Lousada. -----

Faltaram com justificação de falta, os Senhores Deputados, Eduardo Vicente Roxo, Anabela do Sameiro Diegues da Cruz, Maria Adelaide Fernandes Morais e José Joaquim Dinis, pelo que a falta foi considerada justificada. -----

Verificada que foi a existência de quorum, procedeu-se ao início da sessão, cuja ordem de trabalhos era do teor seguinte: -----

1 - Período de Antes da Ordem do Dia. -----

2 - Ordem do Dia. -----

2.1 – Apreciação e votação da acta da sessão anterior; -----

2.2 - Leitura resumida do expediente; -----

2.3 - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da actividade Municipal; --

2.4 - Período de intervenções; -----

2.5 – Telecomunicações – Moção; -----

2.6 – Designação de representante no Conselho da Comunidade do ACES de Alto Trás-os-Montes I – Nordeste; -----

2.7 – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens; -----

2.8 – Contracção de empréstimo 2.125.000,00 € -----

2.9 – Comunidade Intermunicipal – Orçamento e Plano de Actividades de dois mil e dez;

2.10 – 1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa. -----

3 - Período reservado ao Público. -----

1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia começou por cumprimentar todos os presentes, informando de seguida, que por motivos de doença, o Senhor Primeiro Secretário da Mesa, Eduardo Roxo iria faltar a esta sessão, e convidou a Senhora Deputada Helena Margarida Beato dos Santos Afonso para integrar a Mesa. -----

Seguidamente concedeu um lapso de tempo, para inscrição dos Senhores Deputados que manifestassem vontade de intervir. -----

Inscreveram-se para intervir os Senhores Deputados: -----

- José Paulino Castanheira; -----
- Artur Jorge Pereira dos Santos Marques; -----
- Ruben Ramiro Carvalho Gomes de Almeida; -----
- Anabela Afonso Doreta; -----
- José Henrique Vieira da Silva; -----
- Humberto José Sobrinho Alves; -----
- Manuel Dinis Lousada; -----
- José Carlos Claro; -----
- José Humberto Martins; -----

O Senhor Deputado José Paulino Castanheira solicitou a palavra para proferir a seguinte intervenção: -----

“O nevão de 23 de Dezembro impediu-me de chegar a tempo para a participação na 1.^a sessão desta Assembleia Municipal, na qual gostaria de ter participado. Assim li com muita atenção a acta desta sessão. Percebi, nesta leitura que a perda de população e a ocupação dos últimos lugares nos rankings que medem o desenvolvimento de Portugal que Vinhais ocupa, foram e são temas que preocupam os deputados desta Assembleia. -----

A preocupação é justa, louvável e é obrigação de todos os deputados desta Assembleia procurarmos soluções, expô-las e debatê-las aqui, assim como incentivar e ajudar o executivo camarário a por em prática medidas positivas geradoras de criação de riqueza e de fixação das populações. -----

Mas, se senti a preocupação de alguns deputados por estas questões, também percebi que os deputados do PSD, bem como o deputado da CDU tentaram fazer-nos crer que o grande

responsável por estes problemas, que nos afligem, foram e são os executivos camarários do PS. Puro exercício de retórica e de demagogia fácil. Eu sei, os deputados Carlos Abel e Dinis Lousada também sabem que vivemos num país completamente “inclinado” para o Litoral há séculos. Nos últimos 60/70 anos, os governos deste país, sejam do Estado Novo, sejam os da Democracia investiram na faixa litoral que vai de Braga a Setúbal e no Algarve. Mais grave e preocupante é a situação dos últimos anos quando o governo olha em demasia e investe fortemente na região de Lisboa e Vale do Tejo. Dados recentemente divulgados indicam-nos que a região de Lisboa e Vale do Tejo tem um Produto Interno Bruto superior à média da Comunidade Europeia, em contrapartida Trás-os-Montes, Beira Interior, Alentejo e Alto Minho têm o PIB mais baixo da Comunidade. Cego e surdo a esta realidade trágica o governo continua a retirar verbas comunitárias que se destinariam às regiões deprimidas, como é a nossa e desviam-nas para investimentos na Região de Lisboa e Vale do Tejo. -----
Como por fim, ou atenuar esta injusta repartição da riqueza em Portugal? -----
Eu penso que uma solução possível está na Regionalização do país. Esta Regionalização que a elite política portuguesa, originária do eixo Lisboa – Cascais e que tem dominado a cena política, não a aceita, combate-a e tem até agora conseguido fazer crer a milhões de portugueses que somos um país demasiado pequeno e que a criação de regiões aumentaria o clientelismo político, usando o exemplo de Alberto João Jardim na Madeira. Mais tarde ou mais cedo, quanto a mim desejo que seja para breve, seremos novamente chamados a escolher: Portugal centralizado ou Portugal regionalizado. Espero que a posição destes deputados e dos eleitores de Vinhais seja, sem quaisquer reservas a escolha de um Portugal regionalizado. Um Portugal de Regiões será mais justo, mais equilibrado e mais defensor dos problemas que afligem o concelho de Vinhais. -----
Outra medida, que não é fácil de conseguir, mas que contudo tem que ser tentada, é a de mudar a mentalidade da população activa deste concelho, especialmente a dos jovens, no sentido de aumentar o espírito de iniciativa empresarial e abandonar a posição cómoda e mais fácil de procurar emprego na GNR, PSP, ou então fazer cursos superiores sem futuro e de qualidade formativa duvidosa. Estou a pensar em tantos jovens que trocaram o pequeno empreendimento agrícola, pecuário ou outro que os pais criaram por um qualquer emprego de remuneração baixa no litoral. Neste sentido, também penso como o presidente da Junta de Freguesia de Vinhais, que o executivo camarário deve fazer todos os esforços junto dos Ministérios da Educação e do Emprego para a criação de uma Escola Profissional em Vinhais. Todos aqueles vinhaenses que criaram e mantêm pequenas empresas no concelho são para mim heróis que, como tal, merecem ser distinguidos e mais apoiados. Sugiro ao meu caro

amigo presidente da câmara que institucionalize uma condecoração e um prémio pecuniário anual, a atribuir no feriado municipal de Maio, aos pequenos empresários que criam riqueza e empregos neste concelho. -----

Este executivo camarário, bem como os do Carlos Taveira sempre tiveram e continuam a ter como objectivo prioritário da sua governação serem o motor do desenvolvimento local: quer na liderança de projectos que se destinam à iniciativa privada, quer na utilização de fundos financeiros do Governo Central e da Comunidade Europeia para garantir maior qualidade de vida às populações que aqui residem. -----

Assim, como referi no início, penso que é injusto, por vezes revoltante acusar os executivos dos Engenheiro Carlos Taveira e Dr. Américo Pereira como responsáveis pela perda demográfica e baixos índices económicos deste concelho. Acusar é fácil, a demagogia é tentadora, mas como os resultados eleitorais autárquicos o provam ineficaz. Eu até aceito que o cidadão de Vinhais com pouca formação académica, que nunca foi membro desta Assembleia e que não se preocupe minimamente com a causa pública responsabilize o executivo camarário por tudo e por nada, mas já não aceito que deputados desta Assembleia, com outros conhecimentos da realidade política nacional, regional e local alinhem nas mesmas acusações.” -----

Usou então da palavra o Senhor Deputado Artur Jorge Pereira dos Santos Marques, para solicitar à Câmara Municipal que proceda à aquisição de dez caixas de beneficência existentes nos Correios para enviar à Madeira, tendo em atenção a catástrofe de que foi alvo aquela Região Autónoma. -----

O Senhor Deputado Ruben Ramiro Carvalho Gomes de Almeida apresentou uma intervenção do teor seguinte: -----

“Queria aproveitar este período antes da ordem do dia para aqui prestar uma humilde e singela homenagem a todos aqueles que de uma forma directa ou indirecta fizeram da trigésima edição da Feira do Fumeiro de Vinhais um enorme sucesso. Mas em especial terei de mais uma vez dar os parabéns à organização, à Turimontesinho e Câmara Municipal pelo trabalho irrepreensível que têm vindo a desenvolver na organização deste certame. Nada é deixado ao acaso. Com um programa variadíssimo, aliado à beleza natural do concelho bem como a esta sede de concelho de cara lavada, juntando a hospitalidade das nossas gentes e qualidade dos nossos produtos, está criada uma simbiose perfeita para o natural sucesso, e agora vou citar o

nosso Presidente da “Feira do Fumeiro em Vinhais”. E tudo isto é facilmente constatável pela reacção daqueles que nos visitam e pelo número dos mesmos que aumenta exponencialmente ano após ano. -----

Não poderia também aqui, deixar de referir a publicidade que é feita não só à feira mas a todo concelho através da RTP que com a cobertura que realizou do evento, e de uma forma sucinta mostrou um pouco do melhor que há por Vinhais, e que faz com que aqueles que por algum motivo não nos puderam visitar fiquem com vontade de o fazer, numa outra qualquer oportunidade. -----

Tudo isto não é obra do acaso, é fruto de muito trabalho e planeamento, é obra de pessoas que têm uma noção real das potencialidades da nossa terra e que sabem bem como tirar partido das mesmas. -----

A todos um grande bem-haja.” -----

De seguida a Senhora Deputada Anabela Afonso Doreta, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara esclarecimentos relativamente à candidatura da Cacovin ao Programa PRODER. -----

No uso da palavra o Senhor Deputado José Henrique Vieira da Silva, iniciando por felicitar o Senhor Deputado José Paulino Castanheira, pela sua intervenção, seguidamente elogiou a organização da feira do fumeiro, em especial na pessoa do Senhor Presidente da Câmara e da Engenheira Carla Alves, bem como o esforço desenvolvido pela empresa municipal Turimontesinho. -----

Referiu que, concordou plenamente com a Nota de Protesto que a Câmara Municipal dirigiu aos bancos, relativamente à colocação de um terminal de Multibanco no pavilhão da feira do fumeiro, e solicitou aos membros da Assembleia Municipal para se associar a esta Nota de Protesto, uma vez que a Junta de Freguesia de Vinhais, também dirigiu uma aos mesmos bancos. -----

O Senhor Deputado Humberto José Sobrinho Alves, dirigiu-se ao Senhor Presidente da Assembleia dizendo que tinha recebido um ofício da DGAL. Seguidamente questiona-o se pode disponibilizar aos membros da Assembleia esse ofício. -----

O Senhor Presidente da Assembleia respondeu a este Senhor Deputado que na última Assembleia referiu que tinha chegado essa comunicação e que ficaria na Câmara à disposição

para consulta, como na altura ninguém manifestou interesse em que de imediato fosse distribuído, daí que não o tivesse feito, continua a estar disponível na Câmara. -----

O Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada, apresentou uma intervenção do teor seguinte: ----

“Se me permitirem queria colocar 3 ou 4 questões que acho do interesse de todos: -----

1 – Que seja colocado no sitio da Câmara Municipal de Vinhais, na Internet: -----

- As actas do executivo e da assembleia, em tempo útil. -----

- Todos os regulamentos e posturas municipais. -----

- O regimento da assembleia municipal. -----

2 – Propor a todas as Juntas de Freguesia o cumprimento dos seguintes aspectos legais: ----

- Realização de uma reunião pública mensal, em cada freguesia. -----

- Garantir a existência de um livro de reclamações, em cada freguesia. -----

3 – Estrada que passa em Ousilhão com ligação ao Zoio. -----

- Já tem havido atropelamento de animais, antes que haja perdas humanas por atropelamento solicito a V. Ex.^a que mande colocar lombas de redução de velocidade devidamente sinalizadas. -----

4 – E por último na entrada de Vila Verde, que as grelhas de escoamento de água sejam colocadas ao nível do pavimento, porque se encontram a cerca de vinte ou trinta centímetros do pavimento. -----

Como V. Ex.^a sabe se uma viatura tiver um acidente, a responsabilidade é da Câmara. -----

Em relação à feira do fumeiro queria aproveitar esta assembleia municipal para tecer duas considerações: -----

1.^a Penso que todos partilham comigo da avaliação de que a feira do fumeiro é hoje um evento de alta qualidade, qualidade reconhecida para além das fronteiras do nosso concelho, como bem prova o grande número de visitantes que registou. -----

Aproveito ainda para dar os parabéns a todos os produtores desde o artesanal à cozinha regional e às explorações industriais pelo carinho que dedicam à feira e pela qualidade do produto que apresentam. -----

2.^a Mas também não posso deixar de lamentar o facto de a CDU ter sido convidada para a cerimónia de entrega dos prémios e depois ter sido excluída desse acto. -----

Quero em nome da CDU lavrar o meu mais firme protesto por este comportamento sectário que em nada dignifica a organização de tão prestigiante evento.” -----

Usou da palavra o Senhor Deputado José Carlos Claro, que iniciou por dizer que tem dois assuntos, para discutir. -----

O primeiro assunto diz respeito ao funcionamento da urgência no Centro de Saúde de Vinhais, se não fosse o Senhor Presidente da Câmara, já estariam encerrados estes serviços. -----

Referiu ainda que o atendimento devia ser melhorado, pois era do seu conhecimento que um doente tinha dado entrada nestes serviços e não foi atendido da melhor maneira. -----

O segundo assunto tinha a ver com uma situação que ocorreu no dia vinte e nove de Dezembro, quando um carro que vinha do caminho de acesso da povoação Penso ao rio Rabaçal, se despistou, tendo ficado do lado esquerdo do caminho, sem conseguir sair. -----

Seguidamente foi o motorista telefonar para os Bombeiros Voluntários de Vinhais e Guarda Nacional Republicana, os quais demoraram imenso tempo a aparecer no ferido local. -----

Por fim este Senhor Deputado, deu os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara e ao Senhor Vereador Luís dos Santos Fernandes, quando na noite do dia trinta e um de Dezembro, enquanto uns se divertiam ele mandaram desobstruir a estrada de lomba, pois tinha caído uma barreira, interrompendo a circulação do trânsito nessa estrada. -----

Seguidamente usou da palavra o Senhor Deputado José Humberto Martins, para elogiar a organização da feira do fumeiro, referiu que várias foram as pessoas que lhe deram os parabéns, por ser de Vinhais, comungava também da mesma opinião em relação à colocação do terminal de ATM, no Pavilhão Multiusos. -----

Em relação ao exposto pelo Senhor Deputado José Carlos Claro, respondeu que ele é presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vinhais, ia mandar averiguar o que tinha acontecido, uma vez que apenas administra e não é operacional. -----

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para, responder às questões levantadas, nomeadamente à questão apresentada pela Senhora Deputada Anabela Afonso Doreta, dizendo-lhe que se pretende saber algo dessa candidatura, o solicite por escrito, quais os esclarecimentos que pretende, posteriormente serão endereçados para o órgão próprio e teria a resposta adequada, porque se for prestar esclarecimentos de toda a candidatura, levava muito tempo. -----

Relativamente à Nota de Protesto originada pela falta da máquina ATM, no Pavilhão Multiusos, esclareceu que todos os bancos tinham sido contactados por escrito e recusaram-se a colocá-la, só a colocariam se o município pagasse cerca de três mil euros. -----

Em relação à situação apresentada pelo Senhor Deputado José Carlos Claro, relacionada com o funcionamento da urgência do Centro de Saúde de Vinhais, referiu que é um assunto que ultrapassa as competências desta Assembleia Municipal, no entanto será dado conhecimento às entidades competentes. -----

Em relação ao acidente que ocorreu no dia vinte e nove de Dezembro do ano findo, disse não ser da competência dos Bombeiros Voluntários de Vinhais resolver esta situação, mas sim da Protecção Civil, neste caso a Câmara. O que aconteceu, foi falta de informação por parte dos acidentados, os quais deveriam ter contactado o Senhor Presidente da Junta de Freguesia respectiva, que por sua vez, iria entrar em contacto com a Câmara, na pessoa do Senhor Vereador Luís dos Santos Fernandes. -----

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia concedeu novamente um lapso de tempo, para inscrição dos Senhores Deputados, que manifestassem vontade de intervir. -----

Inscreveram-se para intervir os Senhores Deputados: -----

- Carlos Abel Almendra Frias Vieira; -----
- Domingos Augusto Fernandes; -----
- Anabela Afonso Doreta. -----

De seguida usou da palavra o Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, que presta um esclarecimento à mesa, referindo-se à intervenção do Senhor Deputado José Paulino Castanheira, dizendo que, no anterior mandato apresentaram várias moções e projectos na Comissão Permanente, e entre elas uma moção sobre telecomunicações, mas como o Partido Socialista tinha maioria, tais não foram aprovados. -----

Referiu ainda que, o afastamento que o Senhor Deputado José Paulino Castanheira teve em relação à vida política de Vinhais, leva-o a não ter a perfeita consciência daquilo que foi feito, nesta Assembleia, em prol dos interesses de Vinhais. -----

Usou da palavra o Senhor Deputado Domingos Augusto Fernandes, para fazer um reparo à circulação do trânsito, na feira do fumeiro, onde refere que não havia placas de sinalização com as saídas para Chaves, IP4 ou Rebordelo. -----

Referindo-se à intervenção apresentada pelo Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada, em relação à colocação de grelhas de escoamento da água, em Vila Verde, disse que estas não provocam qualquer dano a quem por ali passar. -----

De seguida a Senhora Deputada Anabela Afonso Doreta, dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, pedindo desculpa pela falta de concretização da sua questão, referindo que a questão é muito simples, e pensa que estaria em condições de poder responder à mesma, o que gostaria de saber é se efectivamente o contrato de aprovação da candidatura da Cacovin já foi assinado ou se se trata apenas de um protocolo, e o que é que essa candidatura contempla na verdade, se é uma linha de escoamento de castanha ou se é outro tipo de actividade. -----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu, que supõe que ela esteve presente no momento que foi assinado o contrato, pois tinha sido convidada, quanto ao demais tem que ser esclarecida de outra forma, não lhe podendo dar de momento mais explicações. -----

2 - ORDEM DO DIA. -----

2.1 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR. -----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou os Senhores Deputados caso pretendessem fazer alguma inscrição. -----

Usou da palavra o Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada, para referir que na sessão ordinária realizada no dia vinte e três de Dezembro do ano de dois mil e nove, na discussão do ponto 2.8 “Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos e Mapa de Pessoal para o ano de 2010”, a CDU tinha votado contra. -----

A acta foi sujeita a votação e aprovada por maioria com as abstenções dos Senhores Deputados, Rúben Ramiro Carvalho Gomes de Almeida, José Paulino Castanheira, Octávio Manuel Gonçalves Ferro e José Maria Ribas, motivadas por não terem estado presentes na respectiva sessão.-----

2.2 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE. -----

Neste ponto, da Ordem de Trabalhos, tomou a palavra o Senhor Primeiro Secretário da Mesa, onde citou alguns títulos da correspondência que este órgão recebeu, destacando a comunicação de alterações de morada de alguns Senhores Deputados. -----

2.3 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL. -----

Exmº Senhor -----
Presidente da Assembleia Municipal -----
Senhores Secretários da Mesa -----
Senhores Vereadores Presentes -----
Senhoras e Senhores Presidente de Junta e demais senhoras e senhores deputados municipais -
Minhas Senhoras e Meus Senhores -----

Terminado que está o período de actos formais de instalação da Câmara, Assembleia e Juntas de Freguesia e as festas de final de ano, feira do fumeiro e Carnaval, estamos agora em condições de iniciarmos em pleno os trabalhos deste mandato 2009 – 2013. -----

E a propósito de Feira do Fumeiro, permitam-me que realce o sucesso conseguido com este certame, cuja importância é dupla: por um lado, como palco de grande promoção turística do concelho e da região e por outro, como uma grande oportunidade de realização de negócios, que não se esgotam nos quatro dias da feira, antes se prolongam por todo ano. -----

Graças a uma rigorosa organização, assente em muitos anos de experiência, a uma renovada decoração do espaço, que muito embora se mantenha fiel à sua traça original, deu à feira e aos pavilhões, uma nova imagem, uma imagem de modernidade bem apelativa, graças ao significativo aumento quer em área de exposições, quer em área e em quantidade de produtos e graças, fundamentalmente, a uma ambiciosa e bem encaminhada campanha publicitária através de todos os meios, rádios, jornais, folhetos e principalmente da televisão, os Vinhaenses conseguiram que em tempos de “vacas magras”, a feira do fumeiro de Vinhais entrasse pela casa dos Portugueses, como uma grande manifestação daquilo que é um bom exemplo de vigor de certas economias regionais, altamente competitivas quando no mercado

introduzimos não todos os produtos, mas aqueles produtos de excelência, como é o caso do fumeiro e da castanha; isto é, aqueles produtos que modernamente, entram no conceito de produtos gourmet. -----

Este é um caminho há muitos anos traçado, mas cujo trajecto total está longe de se esgotar, aliás, como bem demonstrado ficou nesta feira comemorativa dos seus 30 anos e que, justamente, foi homenageada com uma boa articulação de uma exposição que deliciou todos aqueles que por “curiosidade” ou outro motivo quiseram conhecer a história destas três décadas de fumeiro e de feira em Vinhais. -----

Todos estamos de parabéns: comerciantes locais, agricultores, produtores, expositores e residentes. E mais: não é apenas o Concelho de Vinhais que está de parabéns. É toda a região que directamente beneficia com este enchente, pois a hotelaria esgota por completo a sua capacidade durante o fim-de-semana da feira. É movimento que se cria e é dinheiro que circula, é a economia a fazer o seu papel. -----

Não é fácil, para não dizer quase impossível, lembrarmo-nos de outro acontecimento que “arraste” tanta gente a este vasto território onde nos inserimos. -----

É exactamente por isso, que com toda a propriedade, na sua vinda a Vinhais, o Sr. Ministro da Agricultura, publicamente e perante a comunicação social, classificou a feira do fumeiro como a maior do género do País e exortou-nos a lançarmo-nos no passo seguinte que poderá ser a internacionalização. -----

Permitam-me, também uma referência especial, aos funcionários da autarquia, da Empresa Municipal – Turimontesinho aos seus administradores, e principalmente aos técnicos e coordenadores da feira, cujo nome por motivos óbvios não referencio, que com todo o afinco, nada deixaram ao acaso e fizeram um trabalho só digno e comparável aos grandes acontecimentos nacionais. -----

Para eles o reconhecimento merecido de todo o executivo sem excepção, tal como ficou já demonstrado na última reunião de Câmara. -----

Agora, minhas Senhoras e meus Senhores, uma coisa é certa: já o afirmei por mais que uma vez, porque a realidade não o desmente, nem o pode evitar. Esta feira já não é a Feira do Fumeiro de Vinhais, é antes a Feira do Fumeiro em Vinhais, pois, os expositores vêm de toda a região Norte do país, e não muito demorarão a calcorrear todo o restante território e rumarem a Vinhais à procura de negócio. -----

Este não é um problema. Antes é e será uma grande oportunidade. Saibamos apenas nós, preservar a qualidade dos nossos enchidos e dar às diversas exposições um cariz de fácil leitura e informação, para que quem quer comprar, não seja levado em confusão de forma a não adquirir o não quer. -----

Vinhais já marca o norte no cartaz nos grandes acontecimentos promocionais: feira do fumeiro e mais recentemente a feira da castanha. Este caminho vai continuar a ser trilhado porque é o caminho a seguir. -----

Mas nem só de feiras e de fumeiro podemos viver. A vida autárquica tem que continuar. -----

E é na senda deste entendimento, que a todos quero dar conhecimento do estado do processo em que se encontra o desenrolar de um sonho, um sonho meu e de muitos vós. -----

Trata-se da estrada Vinhais – Bragança, com a ligação à auto-estrada Transmontana. -----

Quando recentemente me desloquei a Lisboa, penso que na semana passada às Estradas de Portugal para tratar de duas estradas do concelho, concretamente a EN 308 e EN103-/6 (Salgueiros/Santalha e Sobreiró de Cima/Sandim), respectivamente, foi-me transmitida a informação que o estudo de impacto ambiental, de onde resulta a escolha do corredor estradal entre Bragança e Vinhais, não só já foi adjudicado, como já está no terreno, conforme pude confirmar em correspondência trocada com a empresa que está a executar esse estudo. -----

Temos consciência que esta obra é uma obra cara e morosa, mas acredito também e quero acreditar com todas as forças que esta nova via, consubstancia a oportunidade de nos afirmarmos regionalmente, abrindo-nos uma porta, cujo escancarar beneficiará todos e de forma incalculável. -----

Tenho este sonho e acredito na força da razão e da justiça. -----

Quanto à execução de obras públicas, todos receberam o respectivo mapa e por isso não me parece que seja necessário dedicar-lhe espaço especial, sendo certo, que como está a vista de todos, o mau tempo também não tem dado tréguas, nem possibilita a execução de grandes obras. -----

Quanto à situação financeira é a seguinte: -----

- Dotações Orçamentais – €161.900,54 -----

- Dotações não orçamentais – €653.580,31 -----

No entanto, a este tema dedicarei a atenção devida aquando da discussão do ponto 2.8 de ordem de trabalhos, concretamente no ponto da discussão da contracção de empréstimo.” -----

2.4 - PERÍODO DE INTERVENÇÕES. -----

O Senhor Presidente da Mesa, deu a palavra a quem se quisesse inscrever, para falar sobre qualquer assunto que considerassem pertinente debater neste ponto da Ordem de Trabalhos. --

Declarado aberto o Período de Intervenções, inscreveram-se os Senhores Deputados: -----

- Carlos Abel Almendra Frias Vieira; -----

- Manuel Dinis Lousada. -----

Solicitou novamente a palavra o Senhor Deputado, Carlos Abel Almendra Frias Vieira, para felicitar o Senhor Presidente pelo sucesso que foi a feira do fumeiro, mas que não se esquecesse de quem foi o fundador de tal evento, bem como de quem lhe deu continuação. ---

De seguida o Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada, solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia que fosse enviada antecipadamente a todos os Deputados da Assembleia, a intervenção escrita do Senhor Presidente da Câmara. -----

Foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder ao Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, referindo que sempre convidou todos os Vereadores para estarem presentes na Feira do Fumeiro e inclusivamente o Senhor Deputado Humberto José Sobrinho Alves já tinha sido convidado por ele para proceder à entrega de um prémio, no primeiro ano do seu mandato. -----

2.5 – TELECOMUNICAÇÕES – MOÇÃO. -----

Foi presente uma moção do teor seguinte: -----

“A Câmara Municipal de Vinhais considera, de máxima importância a igualdade de oportunidades entre a população do Concelho e as de outros concelhos. -----
Sendo hoje reconhecida a grande importância das comunicações móveis e de Banda Larga, nomeadamente a nível da segurança das populações mais isoladas, no apoio ao estudo dos nossos jovens, e até no desenvolvimento do tecido empresarial, torna-se para isso necessário, que a rede se encontre acessível em qualquer lugar, a qualquer hora e sempre disponível. Como tal não se verifica, a Câmara Municipal não pode aceitar o isolamento parcial de muitas das nossas freguesias. -----

A Câmara Municipal de Vinhais, pretende com esta moção fazer chegar: -----

1º Junto das empresas de comunicações móveis, detentoras das infra-estruturas de comunicações, nomeadamente, TMN, VODAFONE, OPTIMUS as seguintes questões: --

- a) Qual a distribuição de Antenas GSM e UMTS no concelho de Vinhais, e qual a sua Potência? -----
- b) Quais as áreas que deveriam estar abrangidas por essa rede? -----
- c) Que projectos existem para reforço de sinal, ou de infra-estruturas, de forma a resolver os problemas mais graves do concelho de Vinhais? -----
- d) Qual o número de ligações simultâneas por antena? Visto esse ser um dos aspectos a considerar na baixa qualidade do sinal? -----

2º Que seja pedido às operadoras: -----

- a) A reorientação de antenas que por ventura estejam desajustadas melhorando com isso o nível de sinal em algumas das zonas das nossas freguesias, que em algumas delas é nulo. -----
- b) Reforçar o nível de sinal onde tal seja possível mantendo contudo os níveis de segurança necessários. -----
- c) Aumentar o número de emissores por antena de forma que zonas de forte densidade populacional ou estradas de grande circulação deixem de estar isoladas, garantindo assim a segurança das populações e a igualdade de oportunidades. -----

Só assim se combate o fenómeno da infoexclusão, podendo garantir que todos os Vinhaenses possam usufruir de serviços, qualidade e preços idênticos, independentemente da freguesia deste concelho que eles habitem. “ -----

Seguidamente concedeu um lapso de tempo, para inscrição dos Senhores Deputados que manifestassem vontade de intervir. -----

Inscreeveram-se para intervir os Senhores Deputados: -----

- António Miguel Borges da Silva; -----
- Manuel Dinis Lousada; -----
- Carlos Abel Almendra Frias Vieira; -----
- Franclim do Nascimento Serafim. -----

Usou da palavra o Senhor Deputado António Miguel Borges da Silva, para felicitar a organização da feira do fumeiro, e também dar os parabéns pelo requinte do almoço da referida feira. -----

Em relação à moção apresentada refere que o texto é algo redutor, poderia fazer referência a factores económicos, e que havia pouco tempo o grupo parlamentar do Partido Socialista, votou contra uma moção com o mesmo teor. -----

De seguida o Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada, apresentou uma intervenção do teor seguinte: -----

“O PS de Vinhais ao poupar, mais uma vez, o seu governo e atacar os operadores privados que visam exclusivamente o lucro tenta “mandar areia para os olhos” dos vinhaenses e poupar os verdadeiros responsáveis políticos, por nesta matéria ainda existirem portugueses de primeira e de segunda. -----

Por tudo isto a CDU propõe a reformulação desta moção no sentido de exigir ao governo condições de acesso a comunicações móveis iguais às dos cidadãos do resto do país, e porque é ao governo que compete prestar serviço público.” -----

O Senhor Deputado Ruben Ramiro Carvalho Gomes de Almeida, intervêm dizendo que o grupo parlamentar do Partido Socialista rejeitou esta moção no anterior mandato, e na altura fizeram bem, porque essa moção foi apresentada por um partido minoritário, sem o devido

parecer da Câmara e sem dar conhecimento prévio aos deputados desta mesma Assembleia Municipal, foi uma proposta carregada de oportunismo político e não de pertinência. Hoje as condições são outras, a moção é apresentada pela Câmara, aprovada em reunião por unanimidade, e reúne as condições para ser também aprovada pela Assembleia Municipal. ----

O Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, respondeu ao Senhor Deputado Ruben Ramiro Carvalho Gomes de Almeida, que o que ele diz não foi o que se passou na altura, esclareceu a mesa, que a realidade que existia há meio ano é a que existe hoje. O partido Social Democrata mantêm a mesma ideia. -----

Usou da palavra o Senhor deputado Franclim do Nascimento Serafim para referir que a moção que deve ser sujeita à votação é a que lhe foi enviada, se pretendessem uma alternativa devia ter sido apresentada atempadamente. -----

Usou novamente da palavra ao Senhor Deputado António Miguel Borges da Silva, para dizer em nome da bancada do Partido Social Democrata que o texto da Moção poderia ir mais além, no entanto o que pretendem é a mesma coisa, é a cobertura da rede e a quem compete exigir essa cobertura de rede junto das operadoras é ao Governo. -----

Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para defender a moção apresentada e dizer que a proposta apresentada pelo Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada não passe de uma opinião que deve constar da acta, além do mais, mesmo que considerada uma proposta era incompatível já que, ao ser votada a primeira, e aprovada, por exclusão de partes não pode ser votada a segunda. -----

O Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada solicitou novamente a palavra para dizer que o que pretende é uma reformulação da moção no sentido de em vez de ser dirigida aos operadores deve ser dirigida ao Governo, pelo que se não for reformulada iria votar contra. ---

Manifestou vontade de intervir o Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, para dizer que em sua opinião existe um alargado consenso, e se existia uma moção tinha que ser votada, se aparecia outra com o mesmo teor não fazia sentido ser votada. No entanto se era

apenas uma alteração para ser enviada ao Governo ou para o Secretário de Estado que tutela as operadoras, para dar mais ênfase não lhe parecia que não fosse de ponderar. -----

Agora, se é moção alternativa, tinha que ser apresentada a tempo. -----

Não havendo mais intervenções a moção foi colocada à votação tendo sido aprovada por maioria com sessenta e seis votos a favor e um voto contra do Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada. -----

Seguidamente o Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada, solicitou a palavra para dizer que a CDU tinha votado contra porque tinha solicitado uma reformulação da moção e não tinha sido atendida, por esse motivo tinha votado contra. -----

2.6 – DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE NO CONSELHO DA COMUNIDADE DO ACES DE ALTO TRÁS-OS-MONTES I – NORDESTE. -----

Antes de iniciar a discussão deste assunto, o Senhor Presidente da Mesa, propôs à Assembleia, tendo em atenção que o ponto 2.7 também se relacionava com a designação de quatro membros desta Assembleia junto da C.P.C.J., que os dois assuntos fossem discutidos ao mesmo tempo, o que foi acordado por todos os presentes. -----

Seguidamente o Senhor Deputado Ruben Ramiro Carvalho Gomes de Almeida, apresentou uma proposta conjunta das bancadas do Partido Socialista e Partido Social Democrata, indicando para representante da Assembleia para o Conselho da Comunidade dos Centros de Saúde, a Deputada Helena Margarida Beato dos Santos Afonso. Para a C.P.C.J o Senhor Deputado Ruben Ramiro Carvalho Gomes de Almeida, o Senhor Deputado Rui Virgílio da Cunha Madureira, o Senhor Deputado Octávio Manuel Gonçalves Ferro e ainda como representante do Partido Social Democrata o Senhor Deputado António Miguel Borges da Silva. -----

Sujeita à votação, foi aprovada por maioria com sessenta e cinco votos a favor e duas abstenções dos Senhores Deputados Manuel Dinis Lousada e Jorge Paulo Gomes da Silva. ---

2.8 – CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMO 2.125.000,00 € -----

Foi presente uma proposta do teor seguinte: -----

“Na sequência de um planeamento já reflectido nos documentos previsionais para o quadriénio de 2010/2013, foram elaborados projectos e candidaturas e lançadas empreitadas de valor superior a 4.000.000,00 € -----

Como já tínhamos previsto e anunciado aquando da discussão e aprovação destes instrumentos, não é possível avançar com estes projectos, sem comprometer outros em execução ou a executar tanto por administração directa como por empreitada, bem como o investimento em energias renováveis; -----

Também é público e notório, que nos propomos executar no Concelho, um elevado número de obras, grande parte delas já adjudicadas. Como é o caso do Abastecimento de Águas e Saneamento a Travanca, Abastecimento de Águas e Saneamento a Fresulfe, Construção de Etar's em Vilar de Lomba, Moás, Paçó, Pinheiro Novo, Gestosa e Frades, entre outras; -----

Considerando que a execução destas obras e outras constantes do Plano Plurianual de Investimentos, são necessárias e que os vinhaenses muito legitimamente reivindicam, obriga a Câmara a um esforço financeiro superior aos meios disponíveis, tanto mais que algumas não têm qualquer participação; -----

Considerando que o endividamento municipal no que concerne ao crédito bancário vai ter no ano de 2010 uma amortização em mais de 350.000,00 € -----

Tendo em conta a capacidade de endividamento do município; -----

PROPONHO, à Câmara Municipal, nos termos do n.º 4, do art.º 38.º, da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, a contracção de um empréstimo bancário que permita financiar os projectos a seguir referidos, por um lado, e por outro, manter o ritmo de investimento a nível do Concelho: -----

PROJECTO	VALOR DE ADJUDICAÇÃO/ CANDIDATURA	EMPRÉSTIMO
Circular Interna de Vinhais – Troço 1	272.889,99	81.867,00
Arranjo Urbanístico do Acesso a Espinhoso	157.097,54	47.129,00
Melhoramento da Rede Viária Municipal – Pavimentação na Zona Oeste do Concelho (Gestosa, Passos de Lomba, São Jumil e Vilar Seco)	157.047,94	47.114,00
Melhoramento da Rede Viária Municipal – Pavimentação em Várias Freguesias do Concelho (Aboa, Landedo Rebordelo e Vilarinho das Touças)	144.841,18	43.452,00
Melhoramento da Rede Viária Municipal – Pavimentação na Freguesia de Curopos: Curopos e cruzamento das Palas	129.402,00	38.821,00
Melhoramento da Rede Viária Municipal – Pavimentação dos Arruamentos em Agrochão	133.496,69	40.049,00
Melhoramento da Rede Viária Municipal em Vila Boa	149.355,36	44.807,00
Arruamentos em Sobreiró de Baixo	121.768,50	36.531,00
Melhoramento da Rede Viária Municipal na Freguesia de Ervedosa	129.270,75	38.781,00
Edifício dos Paços do Concelho incluindo Aquecimento Central – Remodelação do Edifício dos Paços do Concelho de Vinhais	28.472,88	28.473,00
Instalação de Painéis Solares nas Piscinas Cobertas	100.775,72	25.194,00
Recuperação e Readaptação do Estádio Municipal de Vinhais	1.243.433,95	567.833,00
Conclusão do Mercado do Gado – Construção de Instalações Sanitárias e Muros de Vedação	68.125,76	68.126,00
Mercado do gado – Instalação de Vedações	49.680,00	49.680,00
Conclusão do Mercado do Gado – Construção de Trincheira e Curros	149.291,48	149.291,00
Ampliação do Parque Biológico - Construção de bungalows	150.000,00	39.375,00
Estrada Ponte do Couço/Fronteira	191.752,00	47.938,00
Requalificação Urbanística do Bairro do Carvalho	196.752,37	59.026,00
Requalificação Urbanística do Bairro dos Cabeços	130.158,53	39.048,00
Recuperação e Adaptação do Solar do Conde Sarmento para Centro Interpretativo do Porco e do Fumeiro	899.384,73	269.815,00
Recuperação e Adaptação do Solar dos Condes de Vinhais a Centro Cultural	898.674,00	269.602,00
Estação Central de Camionagem	930.482,80	93.048,00
Totais	6.432.154,17	2.125.000,00

O Empréstimo deve obedecer às seguintes condições: -----

1. MONTANTE: até 2.125.000,00 €-----

- 2. FINALIDADE:** aplicação em investimentos; -----
- 3. PRAZO:** Até 12 anos; -----
- 4. UTILIZAÇÃO:** Na data da perfeição do contrato e após Visto do Tribunal de Contas; ----
- 5. PAGAMENTO:** Em prestações semestrais iguais e sucessivas; -----
- 6. GARANTIA:** Para garantia do capital e juros consignam-se as receitas do Fundo de Equilíbrio Financeiro. -----

LIMITE GERAL DOS EMPRÉSTIMOS DO MUNICÍPIO

Artigo 39.º - n.º 2 – Lei .º 2/2007 de 15 de Janeiro)

RECEITAS/2009

- Impostos Municipais	340.452,14 €
- Participação do Município no FEF	9.231.948,00 €
- Participação no IRS (alínea c) do n.º 1 – art.º 19)	48.582,00 €
Sub-total	9.620.982,14 €
Empréstimos a Médio e Longo Prazo	1.582.137,62 €
Empréstimos a Médio e Longo Prazo (excepcionado dos limites de endividamento)	73.843,65 €
Sub-total	1.508.293,97 €
CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO	8.112.688,17 €

Acompanhava, nos termos do n.º 7 do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro com nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, esta proposta o relatório preliminar de análise de propostas, do teor seguinte: -----

RELATÓRIO PRELIMINAR DE ANÁLISE DE PROPOSTAS

“ Aos onze dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dez, no Edifício dos Paços do Município, reuniu o júri nomeado por deliberação da Câmara Municipal em reunião datada de um de Fevereiro do corrente ano, constituído por: -----

- Dr.º Fernando Peixinho Rodrigues, Revisor de Contas, que preside; -----
- Dr.ª Maria Manuela Dias de Oliveira, Economista; -----
- Horácio Manuel Nunes, chefe da Divisão Administrativa e Financeira. -----

Com vista à apreciação das propostas apresentadas ao concurso para contracção de um empréstimo levado a efeito nos termos do n.º 4, do art.º 38.º, da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, conforme convite enviado em dois de Fevereiro do ano de dois mil e dez, às seguintes instituições, dispostas por ordem alfabética: -----

- Banco BPI; -----
- Banco Português de Negócios; -----
- Caixa de Crédito Agrícola Mutuo da Região de Bragança e Alto Douro, Crl; -----
- Caixa Geral de Depósitos; -----

Apresentaram propostas, por ordem de entrada, cujo conteúdo se resume no quadro abaixo, as seguintes instituições: -----

- Caixa de Crédito Agrícola Mutuo da Região de Bragança e Alto Douro, Crl; -----
- Caixa Geral de Depósitos; -----
- Banco BPI. -----

Foram solicitados esclarecimentos à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Região de Bragança, relativamente à utilização do empréstimo, a qual informou que a mesma será definida pelo Município com um período de carência até dois anos. -----

CONDIÇÕES	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		
	C.C.A.M	BPI	CGD
UTILIZAÇÃO	A definir pelo Município. Período de carência até dois anos	A definir pelo Município. Período de carência até dois anos	A definir pelo Município. Período de carência até dois anos
PERIODO DO EMPRÉSTIMO	12 anos	12 anos	12 anos
TAXA JURO	Indexada à taxa euribor a 6 meses	Indexada à taxa euribor a 6 meses	Indexada à taxa euribor a 6 meses

SPREAD	1,25%	1,40 %	1,47%
COMISSÕES	Isentas	Isentas	Isentas

Comparados os elementos apresentados no quadro supra, o júri conclui, por unanimidade, a seguinte classificação das propostas apresentadas: -----

1.º - Caixa de Crédito Agrícola Mutuo da Região de Bragança e Alto Douro, Crl; -----

2.º - Banco BPI e -----

3.º - Caixa Geral de Depósitos. -----

Nestes termos, o júri propõe por unanimidade que a contracção do empréstimo no valor de 2.125.000 € seja adjudicado à Caixa de Crédito Agrícola Mutuo da Região de Bragança e Alto Douro, Crl, uma vez que é a proposta economicamente mais vantajosa.” -----

Relativamente a este ponto da ordem do dia, foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que iniciou por dizer que a proposta aprovada por unanimidade na Câmara Municipal era a que lhe tinha sido enviada a todos os Senhores Deputados, realçando que apenas tinham sido convidados a apresentar propostas as instituições bancárias que operam na sede do Concelho. Apenas tinham respondido três e a que apresentou melhores condições tinha sido a Caixa de Crédito Agrícola Mutuo da Região de Bragança e Alto Douro, Crl, com um spread de 1,25. Da proposta constavam os investimentos a financiar, alguns deles já se encontravam com candidaturas aprovadas e o empréstimo destinava-se a financiar a componente da Câmara Municipal. -----

Seguidamente fez alusão à capacidade de endividamento do Município. -----

Relativamente a este assunto manifestaram vontade de intervir os Senhores Deputados, a saber: -----

- Carlos Abel Amendra Frias Vieira; -----

- José Henrique Vieira da Silva; -----

- Horácio Domingos Afonso; -----

- José Carlos Claro. -----

O Senhor Deputado, Carlos Abel Amendra Frias Vieira, disse que, em Dezembro tinha questionado o Senhor Presidente da Câmara se ponderava contrair algum empréstimo, tendo sido informado que estavam a ponderar essa situação. Tinha tomado conhecimento da proposta havia pouco tempo, mas após a sua análise considerava o spread elevadíssimo, tendo em atenção que no crédito à habitação o spread ronda o um por cento. -----

Em relação à componente política da questão, adivinhava-se que o despacho fosse este. Era do conhecimento geral, que existia na Câmara Municipal de Vinhais uma boa situação financeira e uma boa carteira de projectos participados, por fundos comunitários e fundos nacionais, para recuperação e para fazer algum tipo de intervenções a nível urbanístico e ao nível da qualidade de vida dos cidadãos, contra os quais ninguém pode estar contra. No entanto, e durante os quatro anos, perante o deslumbrar de querer fazer obra em pouco tempo, além de levar a cabo esses projectos, e fez muito bem, vendeu grande parte daquilo que eram os melhores activos, que a Câmara tinha, que eles próprios eram reproduzidos, referia-se às barragens. Tinham discordado na altura, e ainda hoje considera uma má situação, no entanto tinha feito obra, mas não reprodutiva. -----

Constatava no entanto que algumas obras que se encontram a justificar este empréstimo, já se encontram em desenvolvimento. Em sua opinião quando se inicia um projecto devem existir, os meios financeiros para se levar a cabo, não se pode iniciar uma obra, sem se saber se vão ter dinheiro para a concluir, não vai comprar uma casa sem saber se vai ter capacidade para fazer o pagamento do empréstimo ou dessa mesma casa. Não estava a por em causa a necessidade das obras, elas até podiam ser necessárias. -----

Para terminar questionou o Senhor Presidente, quantas destas obras já se encontravam em curso e se já era premeditado, a existência de empréstimo ou não. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Deputado José Henrique Vieira da Silva, que declarou, em resposta à questão levantada pelo Senhor Deputado Carlos Abel Amendra Frias Vieira, e do conhecimento que tem das obras constantes da listagem fornecida pela Câmara Municipal na sua freguesia, embora algumas obras se encontrem em curso, não estão concluídas, outras estão para ser lançadas e o empréstimo destina-se ao seu pagamento. Em sua opinião o investimento público é fundamental para o desenvolvimento económico, sem este não é possível rentabilizar a economia, é um ponto fundamental. Se o próprio Governo pensa assim, o que eles podem pensar em Vinhais. Embora o empréstimo não fosse desejado por ninguém, considera-o essencial para levar a efeito os investimentos que há tanto tempo são desejados,

pelo que, e na qualidade de representante das Juntas de Freguesia, apelava para que o mesmo fosse aprovado. -----

Seguidamente foi dada a palavra ao Senhor Deputado Horácio Domingos Afonso. -----
Iniciou por apresentar algumas criticas à atitude demonstrada pelo Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada. -----

Referindo-se ao assunto em causa, e dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara disse que tinha que ser mais claro, mais concreto, mais conciso, mais acertivo nas obras que se propõe fazer, porque a lista enorme que lhe foi fornecida, as pessoas têm dificuldade em a ler, é tudo pequenino, ele já via mal e outras pessoas que podem ler bem, mas que não estão para ler isto tudo, nem sequer sabem se as obras que vão ser feitas. Era por isso que o Senhor Presidente devia apresentá-las, embora o representante das Juntas de Freguesia, tivesse referido algumas. Não estava em questão se já tinham sido iniciadas ou não. Tendo em atenção a capacidade de endividamento do município e porque após a contracção deste empréstimo o seu limite ainda fica aquém de um terço, o mesmo deve ser aprovado. Notava-se uma acalmia no Concelho, relativamente a obras, não só no público mas também no privado, por falta de dinheiro e por falta de obras. Tornava-se necessário movimentar dinheiro, para que haja trabalho, para que as pessoas possam concorrer, e era neste sentido que pedia o voto favorável para a aprovação deste empréstimo. -----

Usou da palavra o Senhor Deputado José Carlos Claro para dizer que na sessão anterior, desta Assembleia, se tinha discutido que Vinhais se encontrava na cauda de Portugal, por ser o Concelho mais atrasado. -----

Tinham que seguir o exemplo da Madeira, uma vez que foram os empréstimos que desenvolveram aquela região, e hoje tem per capita superior ao nível nacional. Se não houver investimento em Vinhais, se não contraírem empréstimos para poderem suportar esses investimentos e poderem ir buscar fundos comunitários, como era possível que o concelho se desenvolvesse. Concordava com as palavras proferidas pelo Senhor Deputado Horácio Domingos Afonso, e atrevia-se a fazer uma proposta à Câmara Municipal no sentido de aumentar o valor do empréstimo para o montante de dois milhões e quinhentos mil euros, porque se não houver dinheiro não há desenvolvimento, e tinham como exemplo o Concelho de Bragança. -----

Foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que agradeceu as intervenções proferidas, e prestou os esclarecimentos solicitados acerca dos investimentos propostos. -----
Referiu-se ao spread, dizendo que ao contrário do afirmado pelo Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, considera-o bom e dessa opinião comungavam alguns especialistas desta matéria. -----

Solicitou novamente a palavra o Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, para se referir ao assunto em discussão dizendo que concordava com a intervenção do Senhor Deputado José Carlos Claro, como concordava com a maior parte das intervenções feitas. Concordava que a Câmara tinha que ter meios financeiros, aliás economicamente há sempre um ponto de endividamento mínimo que qualquer organização bem estruturada tem que ter, porque ao contrair um empréstimo, é para fazer obras reprodutivas que no mínimo, esta tem que dar uma taxa de retorno superior aquela que vai pagar no empréstimo, senão estaria a fazer um mau negócio. Concordava com a contracção do empréstimo, agora o que estava em causa, era contemplar obras que politicamente tinham mais impacto. Considerava uma trapalhada, uma semana antes das eleições ter desventrado os bairros e não ter meios financeiros para depois, repor a situação que lá estava. Ou existem meios financeiros e fazem a obra, nem que seja através da contracção de empréstimos, ou então não há dinheiros e não se podem fazer as obras. Isto é claríssimo. Quanto à criação de emprego, se as obras pudessem ser levadas a efeito pelos empreiteiros locais, tanto melhor. -----

Por fim disse que, a bancada do Partido Social Democrata ia abster-se, porque considerava que este empréstimo, não atendendo aquelas que serão as necessidades mais prementes da própria Câmara, que o valor que ele tem de dois milhões cento e vinte e cinco mil euros, é relativamente reduzido às necessidades que vão surgir durante o mandato, e eventualmente terão que se contrair outros, mas isso ficava para memória futura. Considerava que estes dois milhões de euros eram perfeitamente encaixados a nível da própria contabilidade do município, assim ele fosse bem gerido. -----

O Partido Social Democrata não era contra a contracção do empréstimo nem contra a realização de obras, achava que quando se justifica o empréstimo ele deve ser reprodutivo, até podem concordar que seja reprodutivo, motivo porque se abstêm, no entanto os valores que estão em causa podiam ser comportados pelo próprio orçamento municipal. -----

Usou novamente da palavra o Senhor Deputado Horácio Domingos Afonso, para dizer que desafiava os Senhores Deputados dos outros partidos para dizerem claramente ou

apresentarem spread mais baixo ou qual é a Instituição que os pratica, e dizerem também, quais são as obras prioritárias, e que não estejam ali contempladas, deviam ser concretos. – Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, pediu que lhe dissesse quais eram as quatro obras mais relevantes, que se propõe levar a efeito no prazo mais próximo, para que, se alguém lhe procurar alguma coisa relativamente a obras, poder responder com alguma clareza. -----

Foi novamente concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu o Senhor Deputado Horácio Domingos Afonso que quem marca a agenda das obras é a Câmara Municipal. As obras constantes da proposta eram para fazer nos próximos tempos. Não lhe era possível dizer quais as que vão começar primeiro, porque todos os processos eram burocratas, e os procedimentos de umas podiam atrasar-se relativamente a outras, motivadas por diversos condicionalismos. O que lhe garantia era que, essas obras eram as principais preocupações da Câmara Municipal para os próximos tempos. Mas outras havia, que não constavam da listagem e que também elas eram prioritárias, como era o caso das estradas dos Salgueiros a Seixas e Sobreiró de Cima ao Alto das Trincheiras. -----

Não havendo mais intervenções foi colocado à votação a contracção do empréstimo tendo sido aprovado por maioria e em minuta com cinquenta e sete votos a favor, nove abstenções dos Senhores Deputados do Partido Social Democrata e o voto contra do Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada, que apresentou uma declaração de voto do teor seguinte: -----

“ 1.º O Orçamento foi aprovado há dois meses e não faz sentido aprovar empréstimos dois meses depois. -----

2.º Não somos por princípio contra empréstimos, mas estes devem ser devidamente fundamentados e para objectivos precisos e claros o que não é o caso. -----

3.º A banca não precisa das nossas esmolas e o município tem a obrigação de planificar a sua politica financeira no início de cada ano. -----

Por tudo isto a CDU vota contra. -----

2.9 – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL – ORÇAMENTO E PLANO DE ACTIVIDADES DE DOIS MIL E DEZ; -----

Foi presente para conhecimento, o Orçamento e Plano de Actividades de dois mil e dez, da Comunidade Intermunicipal. -----

Tomado conhecimento. -----

2.10 – 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA. -----

Foi presente, nos termos da alínea b), do n.º 2, do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a 1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa, para o ano de dois mil e dez, do valor de dez mil euros (10.000,00 €).-----

Relativamente a este assunto solicitou a palavra o Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada que disse que, a CDU considerava inaceitável que passados dois meses da aprovação do Orçamento já se esteja a proceder à sua revisão, das duas uma, ou o orçamento está mal elaborado ou a Assembleia precisa de uma explicação da mesma. -----

Não havendo mais intervenções, a 1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa, para o ano de dois mil e dez, foi colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria com cinquenta e sete votos a favor, nove abstenções dos Senhores Deputados do Partido Social Democrata e o voto contra do Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada. -----

3- PERÍODO RESERVADO AO PÚBLICO. -----

Neste período, ninguém do público manifestou intenção de intervir. -----

Usou então da palavra o Senhor Presidente da Assembleia para opinar que conforme se extraiu de diversas intervenções dos Senhores Deputados, ao longo desta sessão, era urgente rever o Regimento desta Assembleia, razão pela qual o assunto iria ser trazido à próxima sessão. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Horácio Domingos Afonso, para declarar que o regimento se encontra obsoleto, tanto mais que prevê a aprovação do Orçamento na sessão de Fevereiro. Em sua opinião, a bancada do Partido Socialista, não deve participar em comissões, mas sim, elaborar uma proposta de revisão e submetê-la à discussão desta Assembleia. -----

Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, para novamente formular o convite a todos os Senhores Deputados e Vereadores presentes para visitar as instalações onde se encontra a laborar a Empresa Ecoligum, para assim se aperceberem do desenvolvimento da actividade. -----

E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa declarou encerrada a reunião, cerca das dezassete horas e trinta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta. -----